

Aula 00

Atualidades p/ CRO-SP (Todos os Cargos) Com Videoaulas - Pós-Edital

Autor:
Leandro Signori

20 de Fevereiro de 2020

Sumário

<i>Economia e Sociedade Internacional</i>	5
1 - Origens e características da globalização	5
2 – Comércio internacional.....	10
3 – Blocos econômicos.....	11
3.1 União Europeia.....	11
3.2 MERCOSUL.....	18
3.3 NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, na sigla em inglês)	21
3.4 ALCA.....	21
3.5 Tratado de Livre Comércio Trans-Pacífico (TTP) e Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (TPP11).....	22
4 – Consequências da globalização	22
5 – Uma ordem antiglobal	23
6 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”	25
6.1 A batalha da 5G	28
7 – China	30
7.1 Protestos em Hong Kong em 2019	33
<i>Questões Comentadas</i>	36
<i>Lista de Questões</i>	55
<i>Gabarito</i>	64
<i>Resumo</i>	65



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso do **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO - CRO SP** para **TODOS OS CARGOS**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Atualidades é uma disciplina que deve ser estudada como as demais, fazendo um curso preparatório, compreendendo a teoria e resolvendo centenas de questões da matéria.

Digo isso porque muitos concurseiros pensam que para estar preparado para a prova de Atualidades é só acompanhar o noticiário, ler jornais e revistas. Ledo engano! No momento da prova, percebem o quanto estavam errados.

Uma boa preparação na disciplina começa por conhecer o contexto, os conceitos e as vinculações históricas de temas relevantes que conformam o complexo mundo em que vivemos. No nosso curso, vamos trazer estes temas e lhe ensinar nesse enfoque pedagógico.

Atualidades também não é o show do milhão ... 😊 ... em que o candidato tem que saber de tudo, ser uma enciclopédia ambulante. Embora a disciplina seja vasta, há um grupo de assuntos que comumente são cobrados nas provas.

– E o que fazemos no curso?

– Ora! Com a experiência que temos, selecionamos os assuntos contextuais e factuais que as bancas gostam de cobrar na prova.

Dessa forma, **ao final do curso, você terá o suporte intelectual necessário para alcançar um excelente desempenho em Atualidades, na hora da prova.**

O curso será de teoria e exercícios, no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital do concurso público:

ATUALIDADES: Temas atuais Nacionais e Internacionais e suas inter-relações entre o passado, presente e futuro. Cultura geral, fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no período de 1º de janeiro de 2019 até a publicação do Edital e divulgados na mídia local e nacional.



Ao todo serão nove aulas, incluindo esta aula demonstrativa, cuja estrutura é a seguinte:

Aula	Conteúdo Programático
00	Economia e Sociedade Internacional
01	Política e Sociedade Internacional - I
02	Política e Sociedade Internacional - II
03	Economia Brasileira
04	Política e Sociedade Brasileira - I
05	Política e Sociedade Brasileira – II
06	Ecologia e Desenvolvimento Sustentável
Aula Extra 01	Retrospectivas Mensais de Atualidades
Aula Extra 02	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de 300 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.



Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas, você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas, é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo tem um link onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)



ECONOMIA E SOCIEDADE INTERNACIONAL

1 - Origens e características da globalização

A **globalização** pode ser entendida como o **processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta**. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por outros cantos do globo**.

Para entendermos a globalização, é preciso saber que o fenômeno em si começou há muito tempo. Os primeiros passos rumo à conformação de um mercado mundial e de uma economia global remontam aos séculos XV e XVI, com a **expansão ultramarina europeia**. A chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, deu início ao que alguns historiadores chamam de primeira globalização.

O **desenvolvimento do mercantilismo** estimulou a procura de diferentes rotas comerciais da Europa para a Ásia e a África, gerando grande quantidade de riquezas para alguns países e para a grande burguesia europeia. Esses lucros, somados ao ouro e à prata extraídos das minas do continente americano forneceram a base para a Revolução Industrial no fim do século XVIII.

Por sua vez, a **Revolução Industrial** desenvolveu o trabalho assalariado e o mercado consumidor. As **descobertas científicas** e as **invenções** provocaram grande expansão dos setores industrializados e possibilitaram a exportação de produtos mundo afora.

No fim do século XIX, começam a surgir as **corporações multinacionais**, industriais e financeiras, que vão se reforçar e crescer durante o século XX. O mercado mundial estava, então, atingindo todos os continentes. Porém a **interdependência econômica** entre os países vai ficar evidente com a depressão norte-americana de 1929 – quebra da Bolsa de Valores de Nova York - que teve consequências negativas no mundo todo.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da **revolução tecnológica**, especialmente no setor de telecomunicações. A internet, a rede mundial de computadores, revelou-se a mais inovadora tecnologia de comunicação e informação do planeta. As trocas de informações (dados, voz e imagens) tornaram-se quase instantâneas, o que acelerou em muito a integração das atividades econômicas.

A **revolução tecnológica possibilitou ao capital uma veloz circulação pelo globo**, facilitando os investimentos diretos e os movimentos especulativos. As cadeias produtivas se espalharam pelo mundo, com empresas transferidas (relocalizadas) para países com menor custo de produção (salários, impostos etc.).

A **globalização** não é um processo acabado. É um processo em curso, **comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais**. O poder dessas empresas ultrapassa cada vez mais o poder das economias nacionais. O **grande capital financeiro** (bancos, bolsas de valores, especuladores, financistas etc.) **hegemoniza o capital produtivo. Ambos estão cada vez mais entrelaçados**.

A característica central desse período globalizante é a **interdependência** entre os atores econômicos globais – governos, empresas e movimentos sociais. Cabe destacar que o **desmantelamento do sistema socialista**



foi um importante fator que contribuiu para a globalização e a expansão mundial do capitalismo. A derrocada dos regimes do socialismo real, a partir de 1989, fez com que os antigos países socialistas se integrassem ao mercado global capitalista nos anos subsequentes.

Nas últimas décadas, a expansão do comércio global resultou na intensificação do fluxo de capitais entre os países. A busca de maior lucratividade levou as empresas a investirem cada vez mais no mercado financeiro, que se tornou o centro da economia globalizada.

A atual mobilidade do mercado mundial permite também que grandes empresas façam a **relocalização de suas fábricas** – nome que se dá ao fechamento de unidades de produção em um local e sua abertura em outra região ou outro país. Esse mecanismo é globalmente usado para cortar gastos com mão de obra, encerrando a produção em países nos quais os salários são maiores, para organizar a produção onde há menos custos – também de impostos e infraestrutura produtiva. À medida que as nações reduzem suas barreiras comerciais no contexto da globalização, a fabricação em qualquer ponto do mundo e a exportação para outros mercados tornam-se cada vez mais rentáveis.

Características da fase atual da globalização:

- **Diminuição do poder dos Estados nacionais** em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais – Essas corporações operam em dezenas de países, empregam direta ou indiretamente, cada uma, dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores e movimentam bilhões de dólares anualmente. No mundo globalizado, possuem grande poder de negociação e de influência sobre decisões governamentais e de organismos internacionais e atuam em prol dos seus interesses econômicos. Podem tomar decisões que vão afetar a vida de milhares de pessoas e a economia de uma região ou regiões de um país ou do próprio país.
- **Multipolaridade** – Com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.
- **Nova Divisão Internacional do Trabalho** – É a divisão produtiva em âmbito mundial, direcionando o que cada país ou região produz em determinado momento histórico. Na nova DIT, os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (empréstimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros). Essa divisão é a regra geral, mas não pode ser vista de forma absoluta ou estanque. Exemplo: O Brasil é um exportador de aviões de alta tecnologia, mas não é a característica predominante da sua participação na DIT, que é a dos países emergentes.
- **Predomínio do capitalismo financeiro** – o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.
- **Predomínio de práticas neoliberais** – que visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.
- **Integração mundial do mercado financeiro** – A revolução nas telecomunicações propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro que opera de forma unificada pelo mundo.
- **Troca instantânea de informações** – que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.
- **Aumento do comércio mundial**, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.



- **Proliferação de blocos econômicos** - Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias e capitais, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.
- **Seletividade das migrações** – com muitos obstáculos, a migração de trabalhadores de baixa renda em direção aos países ricos e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, como cientistas e reconhecidos professores universitários, bem como de pessoas ricas que vão investir nesses países.
- **Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais** – a distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.
- **Emergência de uma sociedade civil global** – os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

○ Neoliberalismo

Pode-se afirmar que a atual fase da globalização tem como pilar econômico o neoliberalismo. Trata-se de um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Segundo seus defensores, a presença do Estado na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

Entre os princípios formadores da ideologia neoliberal presentes na globalização econômica, destacam-se:

a) Liberdade de mercado: Consiste na eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio, tais como excesso de impostos, de leis e de regras que inibam as transações financeiras ou limitem fusões e incorporações de empresas.

b) Mínima participação do Estado na economia: Traduz a crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade. Por isso, essas empresas devem ser privatizadas (vendidas para particulares), incentivando a concorrência, barateando preços e melhorando a qualidade dos serviços e das mercadorias.

c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos: O Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, como saúde, educação, aposentadorias, amparo aos desempregados, entre outros. Isso provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. Na visão neoliberal, a manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.

d) Livre circulação de capitais: Visa garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.

e) Flexibilização do mercado de trabalho: A doutrina neoliberal entende que essa medida dinamiza a economia e possibilita que os empresários invistam na produção e ampliem a oferta de empregos. Com a flexibilização, pode-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.



f) Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros: Significa a eliminação de qualquer protecionismo econômico. Em outras palavras, nenhum país deve coibir a livre concorrência, e a melhor maneira para garanti-la é preservar a competição entre as empresas, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira. Quem vai definir qual a melhor mercadoria a ser adquirida é o próprio consumidor, que ainda será beneficiado com uma maior variedade de artigos ofertados e a preços cada vez mais baixos e acessíveis.

A Quarta Revolução Industrial

Uma das recentes transformações na estrutura produtiva que vem ganhando corpo no mundo globalizado é a **Quarta Revolução Industrial** ou **Indústria 4.0**. Segundo analistas, o desenvolvimento e a incorporação de inovações tecnológicas vão mudar radicalmente o mundo como o conhecemos e moldar a indústria dos próximos anos.

Essa nova fase será impulsionada por um conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet. Algumas dessas inovações estão em sua fase de “infância” e ainda não mostraram todo o seu potencial.

A quarta revolução industrial não se define por cada uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre elas. Está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital, o mundo físico, que são as “coisas”, e o mundo biológico, que somos nós. Na indústria, teremos uma cadeia produtiva totalmente conectada, a chamada manufatura avançada, na qual os processos são adaptáveis às necessidades de produção, os recursos são usados com maior eficiência (usando menos energia) e produtos serão customizados de acordo com a necessidade do cliente (cada pedido é único).

Com os avanços no campo da Inteligência Artificial, os computadores estão se tornando mais rápidos e inteligentes que os humanos. Isso pode mudar a forma como trabalhamos, pois os robôs vão tomar o lugar de diversas profissões.

Na indústria, a linha de produção será quase que inteiramente automatizada, diminuindo radicalmente a mão de obra humana nas fábricas. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, de 2016 até 2020, a automação deve eliminar sete milhões de empregos industriais nos 15 países mais desenvolvidos.

A tecnologia não ameaça apenas os trabalhos de “produção”, ela também já impacta diversas profissões tradicionais. O relatório também indica que até 2025, um em cada quatro empregos conhecidos hoje deverá ser substituído por softwares e robôs.

Se a produção e o trabalho manual serão feitos por máquinas, o trabalho humano será requisitado em tarefas menos repetitivas. A pesquisa do Fórum Econômico Mundial indica que 65% das crianças que hoje entram nas escolas irão trabalhar em funções que atualmente não existem.

As áreas de Engenharia, Matemática, Ciências e Computação deverão irrigar a tecnologia vigente e gerar novos empregos. Também surgirão oportunidades para os chamados “trabalhadores do conhecimento”, pessoas que lidam com a criatividade, habilidades de negociação, estratégia e análise.



Quem tiver a habilidade de resolver problemas complexos terá um maior diferencial. **E para ter maior competitividade, os países deverão investir em educação.**

Apesar dos empregos do futuro, milhares de postos de trabalho deverão ser extintos, já que a indústria 4.0 poderá aumentar a produção sem precisar criar novos postos. Nesse cenário, o abismo entre quem tem baixa qualificação e alta qualificação aumentará, o que pode criar maior desigualdade social e um novo tipo de “proletariado”.

Com o aumento do desemprego e a necessidade de um crescimento sustentável, pesquisadores já estudam novos modelos econômicos, como a redução da jornada de trabalho e medidas de redes de apoio social, como o Estado pagar uma renda mínima para o cidadão.

A quarta revolução industrial também poderá aumentar ainda mais a desigualdade entre os países ricos e pobres. As economias mais prejudicadas serão as que usam mão de obra barata como vantagem competitiva, como acontece nos países em desenvolvimento.

A internet das coisas

Um tópico muito falado no mundo atual, de aceleradas mudanças tecnológicas, é a **internet das coisas**. Para falar dela, vamos utilizar uma historinha, livremente adaptada de sites da internet. Vamos a ela:

É fim de tarde em uma terça-feira e você está dirigindo para casa, tranquilo, voltando do trabalho. Um sinal na tela multimídia do seu veículo lhe informa que você deve passar no supermercado no caminho e comprar mais leite.

O aviso foi enviado pela Lucy, a central de gerenciamento da sua casa, que, integrada à sua geladeira, já sabe o que você precisa comprar. Esta central está ligada ao GPS do seu carro, que localiza um supermercado no caminho do seu trabalho para casa.

Após fazer as compras, você se aproxima do caixa, saca seu celular e efetua o pagamento através de um aplicativo que substitui sua carteira.

Parece um filme de ficção? Sim. Mas a tecnologia que torna esta cena de Hollywood possível já existe. Não uma tecnologia, mas várias, interligadas pela internet em todas as coisas.

Isto é a “Internet das Coisas”, a revolução tecnológica que está em curso e que tem como objetivo **conectar os itens que usamos no nosso dia a dia à rede mundial de computadores**. Cada vez mais surgem eletrodomésticos, meios de transporte e até mesmo tênis, roupas e maçanetas conectadas à Internet e a outros dispositivos, como computadores e smartphones.

A internet conectou pessoas. A internet das coisas vai conectar pessoas e coisas. Sim, já estamos em uma nova revolução tecnológica. 😊😊



2 – Comércio internacional

Um elemento central da globalização é o **livre-comércio**, ou seja, a criação de um sistema em que bens e serviços são comercializados sem restrições tarifárias.

O comércio internacional nunca foi tão intenso, como nas décadas recentes, mas as exportações dos países ricos cresceram muito mais do que as dos países pobres. Atualmente, apenas dez países (dos 195 do planeta) monopolizam mais da metade de todo o comércio internacional.

Um dos instrumentos desse crescimento foi a criação da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, em 1995, com o objetivo de abrir as economias nacionais, eliminar o **protecionismo** (quando um país impõe taxas para restringir a importação de produtos e proteger a produção interna) e facilitar o livre trânsito de mercadorias.

A OMC funciona com rodadas de discussão sobre temas, que chegam ao final quando se fecham os acordos. A Rodada Doha, aberta em 2001 (com prazo previsto até 2006), entrou num impasse não resolvido até hoje. Os países ricos querem maior acesso de seus produtos aos países em desenvolvimento. Esses, por sua vez, buscam restringir as vantagens econômicas, como os subsídios (auxílio financeiro) que os países ricos dão a seus agricultores, e não se chega a um acordo.



Outra função muito importante na OMC é o sistema de resolução de controvérsias. Este mecanismo foi criado para solucionar os conflitos gerados pela aplicação dos acordos sobre o comércio internacional entre os membros da OMC. As disputas surgem quando um país adota uma medida de política comercial ou faz algo que um ou mais membros da OMC considerem que viole os acordos da própria organização. Exemplo de aplicação deste mecanismo é o contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos.

Em 2004, o Brasil venceu na OMC uma disputa contra os subsídios recebidos por produtores de algodão dos EUA, ficando com o direito de impor sanções contra produtos norte-americanos no valor de US\$ 830 milhões. O Brasil concordou em suspender a punição, caso os EUA depositassem dinheiro em um fundo de assistência para produtores brasileiros de algodão.

Os EUA pagavam a compensação em parcelas mensais, suspensas em outubro de 2013, o que levou o governo brasileiro a ameaçar impor impostos mais altos para produtos norte-americanos. Em outubro de 2014, os dois países chegaram a um novo acordo. Os Estados Unidos concordaram em pagar aos produtores brasileiros de algodão mais US\$ 300 milhões para encerrar a disputa.



3 – Blocos econômicos

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxas impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

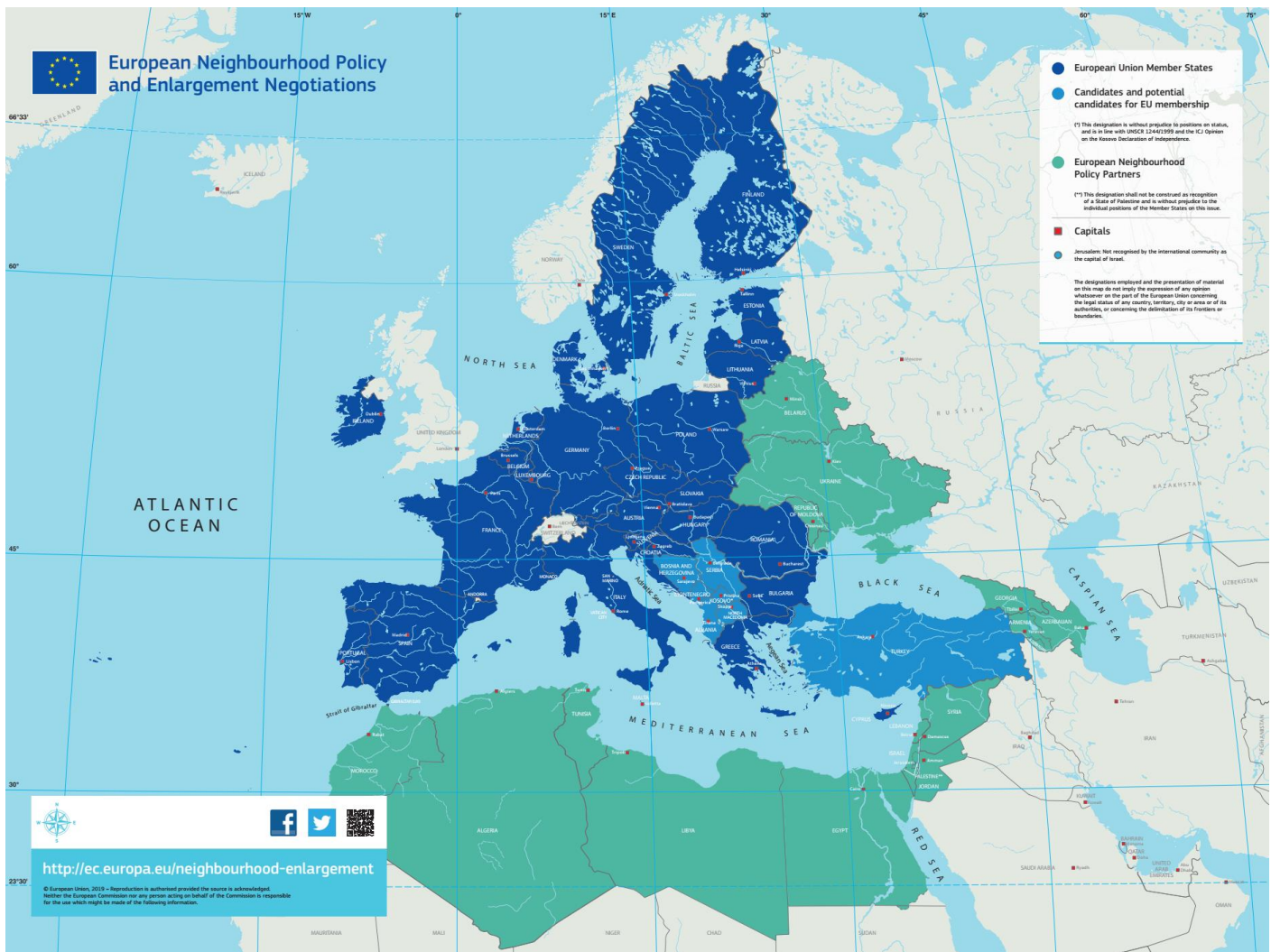
Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

3.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):





As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.



Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um dos países onde a permanência no bloco foi fortemente questionada. É um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os britânicos – como são chamados - não fizeram parte das origens da União Europeia. Foi somente em 1973 que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Dois anos depois, em 1975, renegociou as condições de participação



e realizou um referendo sobre a permanência na CEE. Na época, os britânicos votaram por continuar na Comunidade Econômica.

Quatro décadas após o referendo, em junho de 2016, em um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado de **"Brexit"**. É uma abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída, em inglês).

Na votação, os eleitores tinham de responder a apenas uma pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. Theresa May assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu.

Os termos da negociação foram muito criticados por defensores do Brexit. Altos funcionários do governo britânico, inclusive ministros, renunciaram por discordarem de alguns termos da negociação final.

Após a negociação, a União Europeia e o Reino Unido deveriam aprovar o acordo. O Conselho da União Europeia aprovou o acordo em novembro de 2018. Já o Parlamento britânico rejeitou o acordo em janeiro de 2019. Foram 432 votos contra e 202 a favor. Theresa May reapresentou a proposta em 12 de março, sendo reprovada com 391 votos contra e 242 a favor. A primeira-ministra apresentou a proposta pela terceira vez em 29 de março, sendo novamente recusada, com 344 votos contra e 286 a favor.

Após a primeira derrota, Theresa May solicitou uma ampliação do prazo para a saída do país do bloco europeu, o que foi aceito pela União Europeia. Ficou estabelecido a data de 22 de maio, mas para isso o



Reino Unido deveria aprovar o acordo que foi negociado. Caso ele não fosse aprovado, a data de saída seria em 12 de abril.

Após a terceira rejeição ao acordo pelo parlamento britânico, Theresa May solicitou um novo adiamento do Brexit à União Europeia. O Conselho Europeu se reuniu em 10 de abril e concedeu um novo adiamento, até o dia 31 de outubro de 2019.

Como fracassou em aprovar a proposta do Brexit, que negociou com a União Europeia, no parlamento britânico, Theresa May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres.

Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída e o submeteu a aprovação do parlamento britânico, que não o aprovou. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**. A solicitação foi feita e o novo prazo foi concedido.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Após a vitória eleitoral do Partido Conservador, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

O Reino Unido deixou de fazer parte das instituições políticas europeias, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, não tendo mais direito a voto. No entanto, durante o período de transição, continua contribuindo para o orçamento da União Europeia, precisa continuar seguindo suas regras e está sujeito às determinações da Corte Europeia de Justiça em caso de disputas legais.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Período de transição:** Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações como a circulação de cidadãos europeus e britânicos entre Reino Unido e União Europeia (incluindo regras de habilitação e passaportes de animais), permissões de residência e trabalho para europeus no Reino Unido e britânicos na UE, comércio entre Reino Unido e União Europeia, tarifas de importação, livre circulação de mercadorias, questões de segurança e compartilhamento de dados, licenciamento e regulamentação de medicamentos e circulação de alimentos. Destas, a questão mais importante, sem dúvida, é a comercial, já que a UE respondeu por 49% das exportações do Reino Unido em 2019.

Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.



- **Fatura de saída do Reino Unido** – Enquanto membro da União Europeia, o país faz parte do orçamento do bloco, recebendo investimentos e contribuindo financeiramente para o cofre geral. A União Europeia possui um orçamento comum e fundos setoriais. Atualmente está em vigor o orçamento do período de 2014-2020. O Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus). Uma das críticas dos defensores do Brexit era justamente sobre o direito de acesso dos cidadãos europeus ao sistema de proteção social britânico.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit no parlamento britânico durante a gestão de Theresa May.

A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

A Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1922, após três anos de conflito armado onde se destacou o Exército Republicano Irlandês (IRA), fundado em 1919. A ilha da Irlanda foi dividida em duas, a maior parte formou a República da Irlanda, independente. A parte norte, denominada de Irlanda do Norte, com 75% da população protestante, ficou sob controle do Reino Unido. A Irlanda é um país majoritariamente católico.

Como os protestantes eram maioria no norte, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, acabavam impedindo que a vontade católica se manifestasse, além de discriminá-los. Por isso, o IRA continuou a lutar pela independência da região e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 2005, o IRA anunciou o fim da luta armada e a entrega de armas. Antes disso, em 1998, foi assinado o Acordo de Belfast, pelos governos britânico e irlandês, e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre nacionalistas (separatistas) e unionistas (pró-Reino Unido) sobre a questão da união da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, ou sua continuação como parte do Reino Unido.

Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande



divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.

Controle de circulação de produtos entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Reino Unido sai da UE, mas Irlanda do Norte deve manter regime aduaneiro do bloco



Infográfico atualizado em: 29/10/2020



Qual são os principais temores?

Críticos dizem que o Reino Unido terá dificuldade para definir como ficará sua relação com a União Europeia no futuro porque o período de transição é relativamente curto. O governo britânico espera obter com a UE um acordo especial, semelhante ao da Noruega e da Suíça, que não fazem parte do bloco. No caso norueguês, especificamente, europeus não precisam de visto para morar ou trabalhar, mas têm que se registrar na polícia. Porém, essa possibilidade parece remota.

Além disso, muitos analistas temem que o Brexit acabe por prenunciar a dissolução do Reino Unido, inflamando movimentos de independência. A Escócia, por exemplo, votou em peso pela permanência na União Europeia e pressiona por um novo plebiscito de independência.

No plebiscito de 2014, os escoceses decidiram continuar fazendo parte do Reino Unido. Na época, um dos principais argumentos dos defensores da permanência era o de que se a Escócia se tornasse independente estaria fora não só do Reino Unido, mas da União Europeia também, pois quem fazia parte do bloco econômico era o Reino Unido. Como país independente, teria que iniciar do zero, um processo de adesão ao bloco europeu.

Na Irlanda do Norte, a preocupação é com a possibilidade de se separar para se unir à República da Irlanda.

3.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.



Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 28 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.



A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outras bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizar e reduzir os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.



O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US\$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

3.3 NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, na sigla em inglês)

O bloco é uma área de livre comércio integrada por Estados Unidos, Canadá e México. O tratado foi assinado em 1992 e entrou em vigor em 1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do tratado de livre comércio. O presidente norte-americano considera que o tratado contém termos que prejudicam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favorecem as economias do Canadá e do México.

Em agosto de 2018, Trump anunciou que os EUA e o México chegaram a um acordo comercial que revisa partes importantes do Nafta. O acordo foi denominado **de "The United States-Mexico Trade Agreement" (Acordo Comercial Estados Unidos-México)**. O Canadá aderiu ao novo acordo em outubro de 2018, que passou a ser denominado de **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá ou de T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** ou de CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México).

Para entrar em vigor, os novos acordos precisam ser aprovados no Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

3.4 ALCA

A **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)** foi proposta pelos Estados Unidos, em 1994. Seria integrada por todos os países americanos, exceto Cuba. **Não chegou a se constituir como um bloco econômico**. Após sucessivas discussões em torno da formação do bloco econômico, a Cúpula das Américas de 2005, realizada na Argentina, marca o fracasso do acordo, deixando as negociações em suspenso.



3.5 Tratado de Livre Comércio Trans-Pacífico (TTP) e Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (TPP11)

Em outubro de 2015, 12 países – Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã chegaram a um acordo de livre comércio que resultou no maior bloco econômico da história. Esses países reúnem 40% do PIB mundial e tem 793 milhões de consumidores. Para os Estados Unidos e Japão, o Tratado representou uma oportunidade de ficarem à frente da China (não incluída no TTP) e de criarem uma zona econômica na bacia do Pacífico capaz de contrabalançar o peso econômico dos chineses na região.

O Tratado foi assinado quando Barak Obama era o presidente dos Estados Unidos. No entanto, cumprindo uma promessa de campanha, o novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto retirando os Estados Unidos do TTP.

O argumento de Trump, para a saída dos EUA do TTP, é de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país. A decisão de Trump foi considerada uma medida protecionista, em sentido contrário aos rumos da globalização atual.

A retirada americana, na prática, inviabilizou o Tratado, já que, para entrar em vigor, o texto precisaria ser ratificado por países que representassem 85% do PIB total dos signatários. Como os EUA detém 60% do PIB dentro do bloco, não tinha como o TTP entrar em vigor nos termos acordados.

Treze meses depois da saída dos EUA, em março de 2018, na capital do Chile, Santiago, os onze países remanescentes assinaram o **Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (conhecido como TPP11)**. O acordo entrará em vigor quando for ratificado por pelo menos 6 dos 11 países signatários.

O novo tratado conserva a essência do TPP original, mas cerca de 20 pontos foram suspensos para proteger o equilíbrio entre os países signatários, principalmente no capítulo de propriedade intelectual.

4 – Consequências da globalização

A produção e o comércio mundial crescem com a globalização. Mas a riqueza concentra-se num pequeno grupo de países, e isso reforça a **desigualdade entre as nações**.

A redução dos impostos de importação é um dos motivos que explicam essa concentração de renda, que beneficiou muito mais os produtos exportados pelos mais ricos. Os mais pobres têm dificuldades para exportar produtos agrícolas para os mais ricos, pois estes subsidiam a produção interna.

Em períodos de crise econômica, os resultados da globalização são dramáticos para os países pobres, pois geram um **custo social altíssimo**. Ocorre o barateamento da mão de obra, o aumento do desemprego e da exclusão social. Outra consequência da globalização é o **aumento da migração** de pessoas dos países pobres para os países ricos.

A globalização não beneficiou a todos. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos. Os grupos com rendimentos mais elevados tornaram-se muito mais ricos e as desigualdades sociais aumentaram.



5 – Uma ordem antiglobal

No início da década de 90 do século passado, o mundo parecia ter entrado em uma fase de amplas oportunidades para todos. Com o fim da Guerra Fria e a consolidação de uma Nova Ordem Mundial, sob a liderança hegemônica dos Estados Unidos, nada parecia deter o processo de globalização e as novas possibilidades de desenvolvimento que ele prometia. Sem o antagonismo comunista representado pela então União Soviética, o capitalismo passou a reinar absoluto no planeta.

As políticas neoliberais deram a sustentação econômica à globalização, enquanto o avanço da tecnologia da informação, particularmente da internet, tornou viável a interconexão e aproximação entre as diversas nações. Ao longo do tempo, porém, esse sistema começou a mostrar algumas fissuras. Ao contrário do que pregavam alguns dos principais teóricos da globalização, **o aumento da integração mundial e a ampliação do comércio não promoveram o bem-estar geral dos indivíduos e a redução das desigualdades entre as nações**. A globalização fez alguns vencedores, mas deixou muitos perdedores pelo caminho. E é nesse fosso de desigualdade que começam a surgir as reações ao sistema de integração econômica mundial.

O questionamento ao livre-comércio

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a **questionar o livre-comércio**, mais especificamente os benefícios dos blocos econômicos.

A abertura comercial expõe os países à competitividade típica do capitalismo e do liberalismo econômico. Ao eliminar as barreiras à importação, os bens que entram no país disputam mercado com os produtos nacionais. Aquele que tem maior vantagem competitiva, seja por cobrar menos impostos, por pagar baixos salários ou por dispor de um câmbio mais favorável para as exportações, vai se dar melhor na conquista pelo mercado consumidor. E, dependendo do tipo de acordo comercial, a entrada de produtos estrangeiros pode afetar todo um setor da economia de um país.

Nacionalismo

A participação de um país em um bloco econômico e em acordos comerciais faz com que cada um ceda um pouco em seus interesses nacionais em prol de acordos coletivos que prometem gerar maior prosperidade para todos, por meio do livre comércio.

Contudo, parcelas expressivas dos trabalhadores perceberam que, com a globalização, a manutenção de um padrão de vida, de aumento da renda e a perspectiva de ascensão social tornou-se mais difícil. Por outro lado, a crise econômica de 2008 também levou a um aumento do desemprego em vários países pelo mundo.

A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estão roubando os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.



Entretanto, as causas da crise não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

Esse cenário de questionamento ao livre comércio e à livre circulação de pessoas reascendeu sentimentos de identidade nacional, conhecidos como nacionalismos.

O **nacionalismo** expressa um sentimento cívico, de lealdade à pátria. Nesse sentido, etnia, língua, religião e história são vistos como elementos unificadores de uma nação. Contudo, o nacionalismo também pode expressar uma ideologia, que se fundamenta nos valores de identidade nacional para alcançar objetivos políticos. Nacionalistas, **defendem a tese de que a solução para os problemas econômicos e sociais de um país está em menos integração, mais protecionismo e maior restrição ao ingresso de trabalhadores estrangeiros no país.** As relações com outras nações acabam sendo definidas mais em termos de competição, onde prevalecem as rivalidades nacionais. Para especialistas, a eleição de Donald Trump e o fenômeno do Brexit são exemplos de ascensão do nacionalismo político.

A xenofobia

Um dos pilares da globalização é a livre circulação de capitais (dinheiro), bens, serviços e pessoas. Contudo, **o livre trânsito de pessoas sempre foi um aspecto frágil da globalização.** O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos proporcionou enormes avanços nos meios de transporte, o que ajudou a intensificar os movimentos migratórios em diversas partes do mundo. O desenvolvimento das telecomunicações, por sua vez, facilitou as transferências bancárias, permitindo a um imigrante africano que mora na Europa enviar parte de seu salário mensalmente para ajudar os familiares que vivem em sua terra natal.

Mas, **enquanto o fluxo de capitais e mercadorias sempre foi estimulado pelos defensores do mundo globalizado, a imigração foi e continua sendo um tema polêmico, principalmente nos países economicamente desenvolvidos.** No pós-guerra, quando havia necessidade de mão de obra nos principais países europeus, como Reino Unido, Alemanha e França, a entrada de imigrantes de países pobres até era facilitada, e eles chegaram em peso ao continente.

Contudo, a integração desses contingentes à nova situação nem sempre foi tranquila. Muitos argelinos que vivem na França, turcos moradores da Alemanha ou jamaicanos residentes na Inglaterra sentem-se marginalizados, vivendo nas periferias das grandes cidades e com acesso restrito ao mercado de trabalho. Esse é um dos fatores que explicam as revoltas de adolescentes em subúrbios franceses, frequentes nos últimos anos.

Em uma situação de crise, os ânimos nacionalistas tendem a se aflorar. Muitos nacionais de países desenvolvidos, por exemplo, não aceitam que uma pessoa que veio de outro país possa compartilhar os mesmos direitos de quem nasceu ali. E esse nacionalismo pode descambar para a **xenofobia**.

O termo, derivado do grego, significa literalmente **“medo do estrangeiro”** e é usado para definir o **receio e a hostilidade que muitas pessoas sentem em relação a cidadãos de outras nacionalidades que vivem em uma mesma cidade ou país.** Além da questão econômica, principalmente relacionada ao mercado de trabalho, o estranhamento em relação a hábitos culturais ou costumes religiosos diferentes pode acirrar esses sentimentos xenófobos. Muitas vezes terminam em ódio e violência.



No entanto, a imigração e a exposição a diferentes hábitos e culturas fazem parte da história da humanidade. Muitas nações construíram suas identidades a partir do contato com outras culturas e cresceram economicamente com o esforço do trabalhador imigrante. Mesmo na Europa atual, com as taxas de natalidade em declínio, projeções apontam que faltará mão de obra no futuro para sustentar o crescimento econômico. E, nesse sentido, a aceitação do trabalhador imigrante seria fundamental para driblar essa encruzilhada demográfica.



O termo **globalismo** tem sido citado por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, por Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, por Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores brasileiro e por lideranças e ativistas políticos da direita internacional e brasileira. É um termo polissêmico, isto é, possui vários significados a depender do contexto em que é utilizado.

Para a linha crítica do fenômeno da globalização, **o globalismo significa um governo mundial formado por órgãos supranacionais**, ou seja, **acima da administração de cada país**. Por isso o questionamento a instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e a determinados tratados e acordos internacionais, que estariam a serviço da implantação do governo mundial e do enfraquecimento dos estados nacionais.

"Boa parte da direita internacional defende que o globalismo é um esquema organizado, um projeto de dominação global", afirmou ao G1 David Magalhães, professor de relações internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap).

O **conceito de globalismo se difere de globalização** – este último está relacionado à economia. "A globalização é uma ordem espontânea, voluntária, enquanto o globalismo envolve uma ação coordenada, com organização", comparou Adriano Gianturco, coordenador do curso de relações internacionais do Ibmec-MG.

6 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.



Dá-se o nome de protecionismo ao conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O imposto e a taxa são tributos cobrados sobre o valor de mercadorias importadas para diminuir a competitividade de produtos estrangeiros no mercado nacional. A cota é a quantidade de determinada mercadoria que pode entrar em um país proveniente de outro. O subsídio é o auxílio financeiro, direto ou indireto, concedido por um governo aos seus produtores, por diversos motivos (importância da atividade, preservação dos postos de trabalho etc.). Na prática, o subsídio torna a atividade mais competitiva nos mercados local (diante das importações) e global (quando envolve exportações).

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. A medida prejudicou diretamente a economia dos principais exportadores desses insumos para os EUA, como União Europeia, México, China, Coreia do Sul e o Brasil. O nosso país foi o segundo maior exportador de aço para os norte-americanos em 2017, atrás apenas do Canadá.

Nos meses seguintes ao anúncio, houve negociações bilaterais entre os EUA e os principais exportadores, na tentativa de minimizar os efeitos das taxas. No caso do Brasil, as siderúrgicas nacionais aceitaram a imposição de cotas para limitar as exportações em 4,1 milhões de toneladas – 12% abaixo do que foi exportado em 2017. O setor de alumínio aceitou a sobretaxa de 10%.

Trump justificou a decisão como medida necessária para proteger as siderúrgicas norte-americanas. E, também, por uma questão de segurança nacional: se as siderúrgicas dependerem da importação do aço, em caso de boicote dos exportadores, a indústria bélica norte-americana ficaria com a produção comprometida.

Anteriormente às medidas para o aço e o alumínio, os EUA anunciaram sobretaxas de importação para máquinas de lavar roupa e painéis solares, de 20% e 30% respectivamente, que afetaram a Coreia do Sul e China. Em agosto de 2018, o país anunciou uma sobretaxa a canos de metal importado da China, Canadá, Grécia, Índia, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, a Turquia e a China retaliaram e aplicaram sobretaxas a diversos produtos importados dos norte-americanos.

A proteção do mercado de trabalho americano e o incentivo à indústria nacional foram algumas das principais promessas feitas por Trump durante a campanha eleitoral de 2016. Ao sobretaxar produtos importados, o presidente busca cumprir essas promessas.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA: em 2017, as importações superaram as exportações em 796 bilhões de dólares. O país que mais contribui para esse déficit é a China. Naquele ano, o saldo negativo nas relações comerciais com os chineses foi de 375 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa. Déficit comercial que aumentou em 2018, chegando a 420 bilhões de dólares.



Os Estados Unidos elevaram tarifas sobre mais de US\$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US\$ 110 bilhões.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americanas e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Explicando: o dólar é a moeda-base nas transações no mercado internacional. A política cambial de um país são as ações adotadas para estipular a relação entre o valor do dólar e o da moeda nacional. Quando o valor do dólar cai em relação à moeda local, os produtos estrangeiros ficam mais baratos, o que aumenta as importações e diminui as exportações. No sentido contrário, com o dólar mais caro, as exportações se tornam vantajosas e as importações caem.

Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.

Guerra comercial

A atuação dos EUA na defesa de seus interesses comerciais revela o quanto o equilíbrio entre exportações e importações é importante para a economia de cada país. Cada acordo desfeito ou produto barrado é um lance no complexo jogo nas relações comerciais internacionais – e, na maioria das vezes, não fica sem resposta.

A essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011.

O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. As exportações são importantes fontes de receita para os países. Mas como vender para o exterior se todas as economias estão adotando restrições ao comércio internacional?

Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.



Fase 1 do acordo entre EUA e China

Em 15 de janeiro de 2020, após vários meses de negociação, os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. O acordo foi denominado de Fase 1, e tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US\$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a *China* aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Dois temas sensíveis na guerra comercial foram abordados no acordo. Os dois países podem ser punidos pelo roubo de informações comerciais consideradas sigilosas. A medida se dirige a China que é acusada de suposto roubo de propriedade intelectual, que também terá de proibir roubos cibernéticos. O outro tema é sobre a transferência de tecnologia, ficou acordado que não será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para "aquisições, associações ou outras formas de investimento". É outra medida endereçada a China, que força esta prática com relação as empresas estrangeiras que se instalam no país.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US\$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

6.1 A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas.

As redes da quarta geração são capazes de entregar uma velocidade média de conexão de, aproximadamente, 33 Mbps (megabytes por segundo). Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores, podendo alcançar até 10 Gbps (gigabytes por segundo). Os tempos de conexão entre aparelhos móveis devem ser inferiores a 5 ms (milissegundos), face à latência de 30 ms das redes 4G. Ou seja, poderemos enviar e receber dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da "internet das coisas". Sistemas de iluminação pública e residencial, smartphones, smartwatches, eletrodomésticos, dispositivos de monitoramento, sensores de presença, frequencímetros cardíacos, centrais de segurança, guichês de supermercados ou estacionamentos, caixas de supermercados, sensores meteorológicos e muitos outros dispositivos poderão conectar-se mutuamente por meio do uso da quinta geração das redes móveis. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércios e indústrias.

Sua geladeira, por exemplo, poderá ser programada para avisar quando algum produto estiver acabando, já que sua conexão com a internet das coisas tornará possível programá-la para que ela compre remotamente o produto em falta, se assim você desejar.

O pequeno tempo de latência possibilitado pelas redes 5G permitirá que o sistema de freios de um veículo comunique-se rapidamente aos smartphones ou smartwatches dos pedestres, evitando acidentes quando, por exemplo, houver grandes aproximações entre eles, ou para um cirurgião em Nova York controlar um par de braços robóticos que executam um procedimento em Santiago.



O início da implantação das redes de quinta geração está previsto para 2020, no entanto, espera-se que seu pleno funcionamento ocorra por volta de 2025, pelo menos nas principais metrópoles do mundo.

Atualmente, a empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, ultrapassando as tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial. Os dois países travam uma guerra comercial em que já foram impostos centenas de bilhões de dólares em sobretaxas a produtos importados por ambos, que agora eleva o seu patamar para uma guerra tecnológica.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou - filha do fundador da empresa -, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A proibição imposto à Huawei pode interromper o lançamento do 5G globalmente. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.



7 – China

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos “made in China”, tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a **China** tornou-se um **grande importador de commodities**, como petróleo e minério de ferro.

Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos **Estados Unidos**.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada “diplomacia econômica”. Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país aposta no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de “**Nova Rota da Seda**”. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente



Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurásiana, a China criou um fundo com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.



Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma ditadura que **reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O "Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época", a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.



O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tinha base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim não reconheceu e não acatou a decisão.

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan, onde fundaram a República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.

Essa situação durou até 1971, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.



7.1 Protestos em Hong Kong em 2019

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico em 1842, ao final da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). A cessão ocorreu por meio do **Tratado de Nanquim**, que encerrou o conflito. A partir daí, tornou-se um importante e estratégico entreposto do Reino Unido no continente asiático.

Ao longo das décadas, apresentou um desenvolvimento social, cultural e econômico muito diferente da China. Além disso, serviu como refúgio para muitos dissidentes e opositores do governo chinês.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região apresentou grande desenvolvimento da sua indústria. Neste período, a política liberal de Hong Kong atraiu muitos investidores estrangeiros, resultando num boom econômico que a tornou uma das regiões mais ricas e mais produtivas da Ásia.

Na década de 80 do século passado, sob o comando de Deng Xiaoping, a China abre conversações com o Reino Unido para a devolução da soberania sobre Hong Kong.

Assim, em 1984, é assinada, em Pequim, a **Declaração Conjunta Sino-Britânica**, onde foi acordado que Hong Kong retornaria à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**".

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas.

Com isso, a região passou a ter um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como



o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta “autonomia” é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

O projeto da lei de extradição

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, grandiosos protestos foram realizados com centenas de milhares e até milhões de manifestantes contrários à proposição, o que fez com que o governo local suspendesse por tempo indeterminado a sua apreciação pelo parlamento local.

Porém, as grandes manifestações prosseguiram com a exigência da retirada completa do projeto, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam. Finalmente, em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Alguns protestos ficaram marcados por atos de violência, vandalismo e forte repressão policial.

Embora a região seja parte da China, a maioria dos cidadãos locais não se identifica como chinesa.

Pesquisas da Universidade de Hong Kong mostram que a maior parte das pessoas se identifica como "Hong Kongers" - e apenas 15% se chamariam "chineses". A diferença é ainda maior para os jovens - uma pesquisa de 2017 sugeriu que apenas 3% das pessoas entre 18 e 29 anos se identificavam como chinesas.

Os habitantes de Hong Kong descreveram diferenças legais, sociais e culturais - e o fato de Hong Kong ter sido uma colônia separada por 150 anos - como razões pelas quais eles não se identificam com seus compatriotas na China continental. Além disso, na China continental e em Hong Kong não são faladas a mesma língua. O idioma oficial da China é o mandarim. No entanto, existem no país uma série de dialetos e outros idiomas, entre eles o cantonês, que se fala em Hong Kong.



Alguns jovens ativistas pedem até mesmo a independência de Hong Kong da China, algo que alarma o governo de Pequim.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, surpreendeu ao solicitar, nesta quarta-feira (28.08), a suspensão do Parlamento britânico para a rainha Elizabeth II.

(Exame, 28.08.2019. Disponível em <<https://tinyurl.com/y4wvcouw>>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O pedido de Boris Johnson foi uma estratégia para

- (A) revogar as leis favoráveis aos imigrantes estabelecidos no país.
- (B) limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit.
- (C) acatar as determinações do Parlamento europeu sobre os refugiados.
- (D) cercear as críticas à reforma trabalhista proposta pelo gabinete.
- (E) realizar um novo referendo para manter o país na União Europeia.

COMENTÁRIOS:

No mês de agosto de 2019, Boris Johnson solicitou a suspensão do Parlamento britânico com o objetivo de limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit, buscando acelerar o Brexit sem um acordo de transição.

Boris Johnson repetia em seus discursos e entrevistas que buscava a saída do Reino Unido da União Europeia a qualquer custo, mesmo que isso fosse ocorrer sem um acordo.

Com a suspensão do Parlamento, Boris Johnson visava reduzir o tempo que deputados — que entrariam em recesso — teriam para bloquear uma saída abrupta do Reino Unido do bloco.

Entretanto, passadas algumas semanas, a Suprema Corte do Reino Unido decidiu que a suspensão do Parlamento determinada por Boris Johnson para facilitar um Brexit sem acordo de transição com a União Europeia foi ilegal.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns



aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições**, conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Com a maioria conquistada pelo seu partido, Boris Johnson conseguiu aprovar, em 20 de dezembro de 2019, a última versão do acordo do Brexit entre o Reino Unido e a União Europeia. O Reino Unido saiu da União Europeia em 31/01/2020.

Gabarito: B

2. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <<https://tinyurl.com/y52tsle2>>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

- (A) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.
- (B) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.
- (C) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.
- (D) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.
- (E) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

COMENTÁRIOS:

O projeto de lei que inicialmente motivou os protestos em Hong Kong previa a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental.

Após meses de protestos, o projeto foi retirado, mas as manifestações continuaram com novas reivindicações, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais, a democratização por meio de eleições diretas na região e a renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam.

Gabarito: C

3. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?



- A) Bélgica.
- B) Finlândia.
- C) Rússia.
- D) Lituânia.
- E) Suécia.

COMENTÁRIOS:

Dentre os países listados, somente a Rússia não faz parte da União Europeia.

Gabarito: C

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de “observadores”, são eles:

- A) Estados Unidos e Canadá.
- B) Nova Zelândia e México.
- C) Panamá e Suriname.
- D) Equador e Honduras.
- E) Coreia do Sul e Japão.

COMENTÁRIOS:

Os países com o status de Estados Observadores do Mercosul são o México e a Nova Zelândia. Um membro observador apenas participa das reuniões do bloco, para melhor acompanhar o andamento das discussões, sem possuir poder de participação ou voto.

Gabarito: B

5. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível em <https://bit.ly/2kzSCQ9>. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

- (A) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.



- (B) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.
- (C) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.
- (D) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.
- (E) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreto.** Desde agosto de 2017, a Venezuela está suspensa do Mercosul. A suspensão do bloco é política, afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor. Sendo assim, a Venezuela não participou da assinatura do acordo.
- b) Incorreto.** O EFTA é formado por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.
- c) Incorreto.** Nenhum país do EFTA faz parte da União Europeia. Entretanto, os quatro países fazem parte do Espaço Schengen, de livre circulação de pessoas no continente europeu.
- d) Incorreto.** O montante de negócios entre o Mercosul e a União Europeia apresenta valores muito superiores do que os valores de negócios entre o Mercosul e o EFTA. A corrente de comércio Mercosul-União Europeia foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. Por sua vez, o comércio entre o MERCOSUL e os países da EFTA é em média de 7 bilhões de dólares anuais, até 2019. Pelo fato de possuir muito mais membros dentro do seu bloco econômico, dentre os quais estão algumas das grandes economias do mundo, como Alemanha e França, o montante de negócios do Mercosul com a União Europeia não será superado pelos valores dos negócios com o EFTA.
- e) Correto.** Pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein, os quatro países que compõem esse bloco econômico.

Gabarito: E

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.

Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 6. A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão “guerra fria”.**

COMENTÁRIOS:



A pressão que o texto fala se refere a investimentos tecnológicos chineses, no contexto da “guerra fria” tecnológica entre Estados Unidos e China. Não são investimentos de empresas militares chinesas no Brasil.

A “guerra fria” da atualidade ocorre entre China e Estados Unidos, no plano econômico e tecnológico, com grande destaque sobre a implementação e a expansão da tecnologia 5G.

Gabarito: E

7. Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.

COMENTÁRIOS:

Além de maior produtora mundial de equipamentos de telecomunicação, a empresa Huawei detém o maior número de patentes da tecnologia 5G, fundamental para o avanço da telefonia móvel e para a consequente evolução industrial.

No contexto da guerra tecnológica entre Estados Unidos e China, os EUA passaram a boicotar a Huawei. Sob acusação de representarem ameaça à segurança dos Estados Unidos, empresas chinesas como a Huawei e a ZTE, entre outras, vêm sofrendo algum tipo de embargo por parte dos EUA. Assim, a Huawei não é uma fornecedora de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano.

Gabarito: E

8. O Consórcio Nordeste, formado pelos governos estaduais daquela região brasileira, vem ampliando seus contatos com empresas chinesas para implementação de projetos de fibra óptica em diversos estados.

COMENTÁRIOS:

Estados do nordeste têm firmado acordos comerciais com empresas chinesas de tecnologia. O chamado Consórcio Nordeste é uma parceria jurídica entre os nove estados da região para poupar recursos nas compras de materiais e facilitar o desenvolvimento e execução de políticas públicas que envolvam mais de um estado da região.

Um dos principais projetos da parceria é o programa “Nordeste Conectado”, uma parceria público-privada que visa instalar milhares de quilômetros de fibra óptica na região. Empresas chinesas, como a Huawei e a ZTE, têm se interessado em estabelecer parcerias com o consórcio e têm estabelecido conversas com representantes políticos dos estados. Ao longo de 2019, governadores de 4 estados nordestinos, 2 vice-governadores e um grande número de secretários visitaram o país asiático. Em contrapartida, diversas comitivas chinesas foram enviadas para os estados que compõem o Consórcio Nordeste para negociar e dialogar.

Gabarito: C



9. (CEBRASPE/TJDFT/2019) Acerca de aspectos relacionados ao impacto da tecnologia no mercado de trabalho, julgue os itens que se seguem.

I - Os impactos da tecnologia no mundo do trabalho não são necessariamente imediatos, mas, a longo prazo, podem implicar no desaparecimento de determinadas profissões.

II - Projeções sobre o futuro do mercado de trabalho dão destaque às profissões de índole criativa no mercado de trabalho dominado pela tecnologia.

III - As revoluções tecnológicas demandam capacidade de inovação para estimular a competitividade, aspecto que tem sido explorado por políticas públicas brasileiras que elevaram a posição do Brasil no ranking internacional de competitividade.

IV - Devido aos impactos resultantes da tecnologia no mercado de trabalho, a maioria das escolas brasileiras da rede privada e pública já tem em seus currículos disciplinas relacionadas a programação e robótica.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) II, III e IV.

COMENTÁRIOS:

I - **Certo.** Novas tecnologias quase sempre acabam gerando alguma alteração no mundo de trabalho, mas não necessariamente de forma imediata. As novas tecnologias também podem implicar o desaparecimento de determinadas profissões. Na verdade, essa é quase que uma constante durante a nossa história. Várias profissões desapareceram, algumas muito antigas, como o radar humano, caçador de ratos, acendedor de lâmpadas e quebrador de gelo, outras menos antigas, como telefonista, datilógrafo, tipógrafo, digitadores, editores de textos, vendedor de enciclopédias, armador de pinos e operador de telégrafo. Porém, não são só profissões que são extintas, as novas tecnologias também levam ao surgimento de novas profissões. Algumas profissões novas que surgiram são a do analista de big data, gestor de mídias sociais, desenvolvedor de aplicativos móveis, analista de SEO, creator e desenvolvedor de automação e robótica.

II - **Certo.** Analistas e projeções sobre o futuro do mercado de trabalho apontam a criatividade como sendo um fator determinante para que o trabalhador mantenha as suas boas colocações no mercado de trabalho, frente à crescente automatização dos postos de serviço.

III - **Errado.** As revoluções tecnológicas demandam capacidade de inovação para estimular a competitividade. Em outras palavras, a inovação e a competitividade são pilares fundamentais para o desenvolvimento tecnológico. Na década de 1990, a globalização da economia e o consequente crescimento do comércio



mundial impuseram novos modelos de participação no mercado. As políticas de competitividade passaram a ser imprescindíveis para as empresas sustentarem ou ampliarem as vendas. Por meio do desenvolvimento tecnológico, procurou-se aumentar a eficiência e reduzir os custos dos processos produtivos. Dessa forma, as inovações tecnológicas se tornaram um grande fator de competitividade. É um campo que tem sido insuficientemente explorado por políticas públicas brasileiras. O Brasil não possui uma indústria muito inovadora e competitiva. No Brasil, as iniciativas de incentivo à pesquisa para que se tenha uma maior capacidade de inovação desenvolveram-se tardiamente. Nas indústrias brasileiras, a taxa de inovação fica em torno dos 35%. Em países europeus, o índice chega a 60%.

IV - **Errado.** Qualquer pessoa que conheça minimamente a realidade brasileira sabe que, no Brasil, ainda é uma seleta minoria de escolas, sobretudo aquelas da rede privada, que possuem em seus currículos disciplinas relacionadas à programação e robótica. Entretanto, a tendência é que disciplinas desse tipo venham a crescer e a ganhar seu espaço, devido aos impactos resultantes da tecnologia no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Gabarito: A

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) A proposta de todos os países do Mercosul compartilharem a mesma moeda existe desde a fundação do bloco, em 1991. Nunca, porém, houve um plano concreto que desse andamento de fato a essa ideia.

Desde que o Mercosul foi criado, o Brasil e especialmente a Argentina, as duas maiores economias da região, passaram por grandes crises econômicas, incluindo desvalorização da moeda.

“Experiências de unificação monetária que existiram no mundo foram consequência de projetos políticos mais ambiciosos, processos muito mais amplos em que os países precisaram, em determinado momento, aproximar os pilares econômicos para aprofundar essa aproximação. Esse não é o caso entre Brasil, Argentina e Mercosul hoje”, disse Rafael Cortez.

Para concretizar uma ideia de moeda única, seriam necessários anos de trabalho conjunto e próximo entre as equipes econômicas do Brasil e da Argentina. Os dois países, que estão passando por dificuldades distintas para retomar o crescimento econômico, teriam que implementar juntos políticas fiscais, de emprego e de preços e macroeconômica.

Qual a chance de uma moeda única entre Brasil e Argentina. Disponível em: <https://bit.ly/2XDvC1c>. (adaptado) Acesso em 12/06/2019.

Considerando que o texto acima tem caráter motivador, julgue os itens a seguir a respeito da economia internacional e dos múltiplos aspectos a ela relacionados.

10. O Euro, moeda única da União Europeia, não é adotado por todos os países do bloco europeu, inclusive o Reino Unido e a Itália.

COMENTÁRIOS:



O Euro, moeda única da União Europeia, não é, de fato, adotado por todos os países do bloco europeu. É adotado por 19 dos 28 países. O Reino Unido, que saiu do bloco econômico em 31/01/2020, não adotava o Euro, sua moeda é a Libra Esterlina. A Itália, entretanto, adota o Euro como moeda.

Gabarito: Errado

11. Outras moedas únicas formalizadas são o franco CFA, em países da África, e o dólar do Caribe Oriental, compartilhado entre países do mar do Caribe.

COMENTÁRIOS:

O euro não é a única moeda comum utilizada por mais de um país. O franco CFA é adotado por 14 países da África que são ex-colônias francesas. O dólar do Caribe Oriental é uma moeda comum adotada por países da região do Mar do Caribe.

Gabarito: Certo

12. Paraguai e Venezuela foram suspensos do MERCOSUL com base no Protocolo de Ushuaia, conhecido como a cláusula democrática do bloco regional.

COMENTÁRIOS:

O Paraguai foi suspenso do Mercosul em 2012, na ocasião do impeachment do então presidente Fernando Lugo, e retornou ao bloco em 2014, com a efetivação de um novo presidente por meio de eleições democráticas.

A Venezuela foi suspensão do Mercosul duas vezes e continua suspensa.

Ambos foram suspensos com base no mesmo instrumento jurídico do Mercosul, o Protocolo de Ushuaia, conhecido também como a cláusula democrática do Mercosul. Essa cláusula diz que, para os países terem seu pleno direito no bloco, devem ser considerados uma democracia. Na atualidade, os países do Mercosul consideram que a democracia está violada na Venezuela.

A suspensão não determina a saída do bloco, apenas que o país suspenso não possua os mesmos direitos de um membro pleno do bloco.

Gabarito: Certo

13. Os impactos da tecnologia no mundo do trabalho são necessariamente imediatos e implicam no surgimento de novas profissões.

COMENTÁRIOS:

Certamente, a criação de novas tecnologias no mundo do trabalho implica no surgimento de novas profissões, fazendo também com que outras profissões deixem de existir. Entretanto, não necessariamente



seus impactos são imediatos. Os impactos de uma nova tecnologia no mundo do trabalho podem levar anos para surtirem efeitos, ao passo que também podem ser imediatos.

Gabarito: Errado

14. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: <https://g1.globo.com>. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

- (A) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.
- (B) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.
- (C) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.
- (D) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.
- (E) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

COMENTÁRIOS:

A Huawei é uma grande empresa chinesa, maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e fornecedora de serviço 5G.

Em meio ao cenário da guerra comercial que travam China e Estados Unidos, a Huawei foi acusada pelo governo dos Estados Unidos de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também, que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional. Com isso, o governo norte-americano proibiu negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa. Por isso, a Google, uma empresa norte-americana, cortou relações com a Huawei.

Como podemos ver, além da guerra comercial que se desenrola entre os dois países, está em jogo também uma guerra tecnológica. O domínio da tecnologia da 5G permitirá que as tecnologias se conectem de uma forma nunca vista antes, com um tempo de latência mínimo. O país que conseguir antes dominar plenamente a tecnologia 5G obterá, por meio dele, um grande crescimento tecnológico e econômico, aumentando seu poder geopolítico.



Gabarito: A

15. (FCC/SABESP/2019) A recente eleição para o Parlamento Europeu criou novos fatos, dentre os quais citam-se:

- (A) a diminuição de verdes e liberais e o aumento de nacionalistas contrários à União Europeia.
- (B) o crescimento de nacionalistas e verdes e o aumento da fragmentação partidária.
- (C) o fortalecimento de partidos favoráveis à União Europeia e a redução dos liberais.
- (D) o aumento da participação dos sociais-democratas e a diminuição dos verdes.
- (E) a redução da fragmentação partidária e o fortalecimento dos partidos tradicionais.

COMENTÁRIOS:

As eleições para o Parlamento da União Europeia ocorrem a cada cinco anos por sufrágio universal.

Nas eleições de 2019, embora permaneçam como as principais forças, os partidos de centro perderam maioria absoluta no Parlamento Europeu. Os partidos liberais e verdes (partidos em defesa do meio ambiente) foram os que ganharam mais espaço, junto com os grupos nacionalistas, de extrema direita e eurocéticos. Assim, aumentou a fragmentação partidária no Parlamento. Contudo, as forças favoráveis à integração europeia continuam tendo expressiva maioria no parlamento da União Europeia.

Gabarito: B

16. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1º de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – <https://bbc.in/2RF5KyG> – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Huawei, foram levantadas suspeitas de que

- (A) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.
- (B) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.
- (C) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.



(D) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.

(E) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.

COMENTÁRIOS:

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G na atualidade e também a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em meio ao cenário de guerra comercial, os Estados Unidos, que não possuem uma grande empresa no setor 5G, acusam a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas, de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem com embargo norte-americano (como o Irã e a Coreia do Norte), e também alegam que a Huawei colabora com o governo chinês para espionar os outros países.

Frente a tais acusações, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou, filha do fundador da empresa, ficou 11 dias presa no Canadá em dezembro de 2018.

Gabarito: D

17. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Em 10 de abril de 2019, a primeira-ministra britânica, Theresa May, recebeu resposta positiva dos líderes da União Europeia a seu pedido de nova extensão do prazo de aprovação de um plano de saída do Reino Unido pelo Parlamento do país. May havia solicitado adiamento até o final do ano. Conseguiu 31 de outubro como novo limite.

(Veja – <https://bit.ly/2Y1foyC> – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Entre as medidas que devem ser avaliadas e propostas por May para o Brexit, cita-se

(A) o valor de indenização, estimado em 39 bilhões de libras esterlinas, que a União Europeia deverá pagar ao Reino Unido por dificultar a quebra do contrato de parceria.

(B) o retorno da fronteira rígida entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (país independente e integrante da União Europeia).

(C) a manutenção das políticas de acolhimento de imigrantes e refugiados que deverá continuar em sintonia com as decisões tomadas pelo bloco.

(D) a reorganização dos acordos entre o Reino Unido e a OMC (Organização Mundial do Comércio) após a retirada dos britânicos do livre comércio europeu.

(E) a decisão sobre como será a situação de cidadãos europeus que residam no Reino Unido e vice-versa após o final do período de transição.

COMENTÁRIOS:



Antes de comentar a questão, vale lembrar que Theresa May fracassou na aprovação do acordo do Brexit, no parlamento britânico, o que fez com que deixasse o cargo de primeira-ministra em 24 de julho de 2019. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres, que conduziu a saída do Reino Unido da União Europeia em 31/01/2020.

a) **Incorreto**. Essa alternativa faz uma inversão dos sujeitos. Quem deverá pagar um valor estimado em 39 bilhões de libras esterlinas por quebra do contrato de parceria é o Reino Unido à União Europeia.

b) **Incorreto**. A situação da fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit no legislativo durante a gestão de Theresa May. No acordo feito, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma “fronteira dura” (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

c) **Incorreto**. Com o Brexit, o Reino Unido terá a sua própria política em relação aos que imigram para o país e para com os refugiados, não precisando estar em sintonia com a política do bloco econômico.

d) **Incorreto**. O acordo não tratou deste tema. O Reino Unido, estando fora da União Europeia, vai tomar as suas decisões sobre a adesão e a participação nos acordos comerciais da OMC.

e) **Correto**. Pelo acordo, ficou decidido que os cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para os britânicos que moram em países europeus). Para os que vierem a residir após o final do período de transição, não há uma definição de qual será a relação e os seus direitos. Isso terá que ser decidido no pós-Brexit.

Gabarito: E

(QUADRIX/CRESS-GO/2019 – AGENTE FISCAL) Importa notar que as reformas por que passa o Estado no Brasil estão em um contexto socioeconômico mundial de profundas implicações para o País. O neoliberalismo acompanhou o processo de globalização e de implantação de novas tecnologias produtivas – que desencadearam o chamado processo de “reestruturação produtiva”.

Internet: <www.egov.ufsc.br:8080>.

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre diversos aspectos da economia brasileira e mundial, julgue os itens.

18. Tornando o mundo mais homogêneo em diversos aspectos, a globalização contribui, de modo geral, para uma profunda redução das disparidades econômicas entre os países e também no âmbito interno desses países.

COMENTÁRIOS:

Com a maior interconexão econômica, política e cultural entre os países promovida pela globalização, o mundo se tornou mais homogêneo em diversos aspectos. A utilização do dólar como moeda de referência



mundial, o surgimento de movimentos sociais globais presentes em dezenas países e a padronização cultural são expressões dessa homogeneização.

Entretanto, de modo geral, a globalização aumentou as disparidades econômicas entre os países. Os países ricos acumularam mais riquezas e os países pobres, menos. A desigualdade econômica do mundo aumentou muito nas últimas décadas.

Gabarito: Errado

19. O comércio internacional viveu momento significativo em dezembro de 2018, quando uma reunião do G20 promoveu profundas mudanças na Organização Mundial do Comércio (OMC), que serão totalmente implementadas em 2019.

COMENTÁRIOS:

A questão refere-se à 13ª reunião de Cúpula do G20, realizada em dezembro de 2018, em Buenos Aires, capital da Argentina. Os pontos mais importantes abordados no encontro foram a questão das mudanças climáticas e dos tratados comerciais entre países. Também foram tratados temas como a igualdade de gênero e fluxos migratórios.

A reforma na Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma das demandas do sistema político internacional, mas, nessa cúpula, esse assunto foi tratado de forma genérica, sem implementar mudanças. A OMC há tempos é questionada por ter “parado no tempo” e não se mostrar mais adequada e alinhada aos desafios socioeconômicos atuais, sobretudo após os impasses da Rodada Doha. Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, é um dos grandes críticos da organização.

Gabarito: Errado

20. No Brasil de hoje, caminha-se para um papel cada vez mais restrito do Estado como mediador das relações de trabalho, sendo as ocupações informais de baixa qualidade consideradas como “a incorporação possível” ao mundo do trabalho.

COMENTÁRIOS:

A diminuição do papel do Estado como mediador das relações de trabalho é uma das características do neoliberalismo, que passou a ter grande influência no contexto político-econômico global nas últimas décadas. Não somente no Brasil, mas no mundo todo verifica-se o crescimento das ocupações informais de baixa qualidade, diminuição dos direitos trabalhistas e da atuação dos sindicatos.

Gabarito: Certo

21. Assim como a globalização, a chamada “reestruturação produtiva” favorece a precarização do trabalho, na medida em que objetiva a maximização dos lucros em prejuízo da criação ou da preservação de vagas de trabalho.

COMENTÁRIOS:



O processo de reestruturação produtiva consiste em mudanças na estrutura produtiva industrial que emergiu a partir da década de 1970, baseado em características como a modernização tecnológica, utilização de máquinas poupadoras de mão de obra e flexibilização do trabalho, onde o mesmo empregado executa várias funções diferentes numa empresa. Além disso, o ritmo de produção obedece à demanda do mercado, evitando, assim, a estocagem de mercadorias.

A reestruturação produtiva objetiva a maximização dos lucros em prejuízo da criação ou preservação de vagas de trabalho. Com a utilização de máquinas poupadoras de mão de obra (principalmente a menos qualificada), houve redução do pessoal ocupado na indústria. A abertura comercial, promovida desde as últimas décadas do século XX, também auxiliou nesse processo: permitiu a importação de máquinas e equipamentos de alta tecnologia, que substituí trabalho humano, principalmente o menos qualificado. Por outro lado, esse mesmo processo abriu postos de serviços qualificados e especializados, por exemplo, na manutenção de máquinas sofisticadas.

Gabarito: Certo

22. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) “Este é o melhor acordo possível.” A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. <https://glo.bo/2FTOmUF>. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

- (A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.
- (B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.
- (C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.
- (D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).
- (E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

COMENTÁRIOS:

Antes de comentar a questão, vale lembrar que Theresa May fracassou na aprovação do acordo do Brexit, no parlamento britânico, o que fez com que deixasse o cargo de primeira-ministra em 24 de julho de 2019.



No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres, que conduziu a saída do Reino Unido da União Europeia em 31/01/2020.

a) **Incorreto**. Não há este tópico no acordo. É uma invenção do examinador. Ficou decidido que os cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para os britânicos que moram em países europeus). Para os que vierem a residir após o final do período de transição, não há uma definição de qual será a relação e os seus direitos. Isso terá que ser decidido no pós-Brexit.

b) **Incorreto**. Outra invenção do examinador. O acordo não fala nada em relação à moeda britânica, a libra esterlina. Contudo, alguns economistas temiam que a possibilidade de o Reino Unido deixar a União Europeia sem um acordo levasse a uma forte desvalorização da libra esterlina em relação ao euro. Esse temor não se concretizou, pois o país deixou o bloco europeu de forma negociada e acordada.

c) **Correto**. Esse foi o ponto mais delicado e que mais gerou polêmica no parlamento britânico. A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido. Havia uma preocupação em não instituir um controle rígido na fronteira, em função de Acordo de Belfast, de 1988. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.

d) **Incorreto**. É provável que ocorra uma perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, afinal, o país não faz mais parte da União Europeia. Contudo, se isso ocorrer, não vai inviabilizar a sua permanência na OTAN. O Reino Unido é um dos principais participantes da organização e continuará membro dela.

e) **Incorreto**. Invenção do examinador. Nada a ver com o acordo do Brexit.

Gabarito: C

23. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido saiu da União Europeia em 31/01/2020. O tema da fronteira entre as duas Irlandas foi o que mais gerou discordância dentro do Reino Unido durante o processo do Brexit.

Essa fronteira é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

O Acordo de Belfast, 1988, pôs fim a décadas de luta armada do IRA pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação à Irlanda. Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi



o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

No acordo ficou decidido que não haverá uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

Gabarito: Certo

24. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.

(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo

- (A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.
- (B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.
- (C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.
- (D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.
- (E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

COMENTÁRIOS:

A notícia do enunciado fala de uma “trama política que mobiliza o país”. A trama política que mobilizou o Reino Unido nos últimos anos foi o Brexit, a saída britânica da União Europeia. O fato presente no enunciado diz respeito a uma votação realizada para decidir se Theresa May continuaria sendo líder de seu partido e se continuaria no posto de primeira-ministra, que assumiu em 2016, após a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia. Naquela votação, ela continuou tendo a confiança do Partido Conservador, e continuou como primeira-ministra até a sua queda em julho de 2019.

Gabarito: E

25. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia



alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

(A) ibero-americanos.

(B) da América Latina.

(C) da OEA.

(D) do Mercosul.

(E) da Unasul.

COMENTÁRIOS:

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países do Mercosul.

As novas placas do Mercosul são inspiradas no sistema integrado adotado pelos países da União Europeia. Eles serão aplicadas de maneira padronizada a veículos de cinco países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A intenção é, no futuro, criar um banco de dados único entre tais países, o que teoricamente facilitará o trânsito e o controle de infrações de trânsito por motoristas de um país que estejam em deslocamento em outros países do bloco econômico.

Gabarito: D

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

26. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

COMENTÁRIOS:

Estados Unidos e China travam, atualmente, uma guerra comercial, com restrições ao livre comércio. As relações comerciais entre os dois países passam por um período de forte tensionamento.



Gabarito: Errado

27. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

- a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.
- c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.
- d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

COMENTÁRIOS:

- a) **Correto.** Uma imprecisão do examinador, foi por meio de um plebiscito que os britânicos escolheram decidiram saída do Reino Unido da União Europeia. Após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) **Incorreto.** O Brexit não tem relação com o país ter sido impedido de utilizar o Euro como moeda oficial. O Reino Unido não utiliza o Euro por uma escolha própria, não por uma imposição da União Europeia. Sua moeda é a libra esterlina.
- c) **Incorreto.** A saída do Reino Unido da União Europeia não tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico. Não há nenhum plebiscito ou referendo marcado em nenhum outro país do bloco para decidirem sobre a continuidade ou não na União Europeia.
- d) **Incorreto.** A recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, é verdade. Entretanto, não abalou a liderança da Família Real. A Família Real não teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) **Incorreto.** É uma invenção do examinador. Em maior ou menor escala, a grande maioria dos países da União Europeia são bastante resistentes a entrada no bloco europeu e nos seus países de imigrantes africanos e asiáticos.



Gabarito: A



LISTA DE QUESTÕES

1. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, surpreendeu ao solicitar, nesta quarta-feira (28.08), a suspensão do Parlamento britânico para a rainha Elizabeth II.

(Exame, 28.08.2019. Disponível em <<https://tinyurl.com/y4wvcouw>>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O pedido de Boris Johnson foi uma estratégia para

- (A) revogar as leis favoráveis aos imigrantes estabelecidos no país.
- (B) limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit.
- (C) acatar as determinações do Parlamento europeu sobre os refugiados.
- (D) cercear as críticas à reforma trabalhista proposta pelo gabinete.
- (E) realizar um novo referendo para manter o país na União Europeia.

2. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <<https://tinyurl.com/y52tsle2>>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

- (A) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.
- (B) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.
- (C) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.
- (D) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.
- (E) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

3. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?



- A) Bélgica.
- B) Finlândia.
- C) Rússia.
- D) Lituânia.
- E) Suécia.

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de “observadores”, são eles:

- A) Estados Unidos e Canadá.
- B) Nova Zelândia e México.
- C) Panamá e Suriname.
- D) Equador e Honduras.
- E) Coreia do Sul e Japão.

5. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível em <https://bit.ly/2kzSCQ9>. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

- (A) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.
- (B) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.
- (C) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.
- (D) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.
- (E) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.



Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

6. **A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão “guerra fria”.**
7. **Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.**
8. **O Consórcio Nordeste, formado pelos governos estaduais daquela região brasileira, vem ampliando seus contatos com empresas chinesas para implementação de projetos de fibra óptica em diversos estados.**
9. **(CEBRASPE/TJDFT/2019) Acerca de aspectos relacionados ao impacto da tecnologia no mercado de trabalho, julgue os itens que se seguem.**

I - Os impactos da tecnologia no mundo do trabalho não são necessariamente imediatos, mas, a longo prazo, podem implicar no desaparecimento de determinadas profissões.

II - Projeções sobre o futuro do mercado de trabalho dão destaque às profissões de índole criativa no mercado de trabalho dominado pela tecnologia.

III - As revoluções tecnológicas demandam capacidade de inovação para estimular a competitividade, aspecto que tem sido explorado por políticas públicas brasileiras que elevaram a posição do Brasil no ranking internacional de competitividade.

IV - Devido aos impactos resultantes da tecnologia no mercado de trabalho, a maioria das escolas brasileiras da rede privada e pública já tem em seus currículos disciplinas relacionadas a programação e robótica.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) A proposta de todos os países do Mercosul compartilharem a mesma moeda existe desde a fundação do bloco, em 1991. Nunca, porém, houve um plano concreto que desse andamento de fato a essa ideia.



Desde que o Mercosul foi criado, o Brasil e especialmente a Argentina, as duas maiores economias da região, passaram por grandes crises econômicas, incluindo desvalorização da moeda.

“Experiências de unificação monetária que existiram no mundo foram consequência de projetos políticos mais ambiciosos, processos muito mais amplos em que os países precisaram, em determinado momento, aproximar os pilares econômicos para aprofundar essa aproximação. Esse não é o caso entre Brasil, Argentina e Mercosul hoje”, disse Rafael Cortez.

Para concretizar uma ideia de moeda única, seriam necessários anos de trabalho conjunto e próximo entre as equipes econômicas do Brasil e da Argentina. Os dois países, que estão passando por dificuldades distintas para retomar o crescimento econômico, teriam que implementar juntos políticas fiscais, de emprego e de preços e macroeconômica.

Qual a chance de uma moeda única entre Brasil e Argentina. Disponível em: <https://bit.ly/2XDvC1c>. (adaptado) Acesso em 12/06/2019.

Considerando que o texto acima tem caráter motivador, julgue os itens a seguir a respeito da economia internacional e dos múltiplos aspectos a ela relacionados.

10. O Euro, moeda única da União Europeia, não é adotado por todos os países do bloco europeu, inclusive o Reino Unido e a Itália.

11. Outras moedas únicas formalizadas são o franco CFA, em países da África, e o dólar do Caribe Oriental, compartilhado entre países do mar do Caribe.

12. Paraguai e Venezuela foram suspensos do MERCOSUL com base no Protocolo de Ushuaia, conhecido como a cláusula democrática do bloco regional.

13. Os impactos da tecnologia no mundo do trabalho são necessariamente imediatos e implicam no surgimento de novas profissões.

14. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: <https://g1.globo.com>. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

(A) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.

(B) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.



- (C) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.
- (D) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.
- (E) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

15. (FCC/SABESP/2019) A recente eleição para o Parlamento Europeu criou novos fatos, dentre os quais citam-se:

- (A) a diminuição de verdes e liberais e o aumento de nacionalistas contrários à União Europeia.
- (B) o crescimento de nacionalistas e verdes e o aumento da fragmentação partidária.
- (C) o fortalecimento de partidos favoráveis à União Europeia e a redução dos liberais.
- (D) o aumento da participação dos sociais-democratas e a diminuição dos verdes.
- (E) a redução da fragmentação partidária e o fortalecimento dos partidos tradicionais.

16. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1º de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – <https://bbc.in/2RF5KyG> – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Huawei, foram levantadas suspeitas de que

- (A) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.
- (B) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.
- (C) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.
- (D) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.
- (E) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.



17. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Em 10 de abril de 2019, a primeira-ministra britânica, Theresa May, recebeu resposta positiva dos líderes da União Europeia a seu pedido de nova extensão do prazo de aprovação de um plano de saída do Reino Unido pelo Parlamento do país. May havia solicitado adiamento até o final do ano. Conseguiu 31 de outubro como novo limite.

(Veja – <https://bit.ly/2Y1foyC> – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Entre as medidas que devem ser avaliadas e propostas por May para o Brexit, cita-se

(A) o valor de indenização, estimado em 39 bilhões de libras esterlinas, que a União Europeia deverá pagar ao Reino Unido por dificultar a quebra do contrato de parceria.

(B) o retorno da fronteira rígida entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (país independente e integrante da União Europeia).

(C) a manutenção das políticas de acolhimento de imigrantes e refugiados que deverá continuar em sintonia com as decisões tomadas pelo bloco.

(D) a reorganização dos acordos entre o Reino Unido e a OMC (Organização Mundial do Comércio) após a retirada dos britânicos do livre comércio europeu.

(E) a decisão sobre como será a situação de cidadãos europeus que residam no Reino Unido e vice-versa após o final do período de transição.

(QUADRIX/CRESS-GO/2019 – AGENTE FISCAL) Importa notar que as reformas por que passa o Estado no Brasil estão em um contexto socioeconômico mundial de profundas implicações para o País. O neoliberalismo acompanhou o processo de globalização e de implantação de novas tecnologias produtivas – que desencadearam o chamado processo de “reestruturação produtiva”.

Internet: <www.egov.ufsc.br:8080>.

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre diversos aspectos da economia brasileira e mundial, julgue os itens.

18. Tornando o mundo mais homogêneo em diversos aspectos, a globalização contribui, de modo geral, para uma profunda redução das disparidades econômicas entre os países e também no âmbito interno desses países.

19. O comércio internacional viveu momento significativo em dezembro de 2018, quando uma reunião do G20 promoveu profundas mudanças na Organização Mundial do Comércio (OMC), que serão totalmente implementadas em 2019.



20. No Brasil de hoje, caminha-se para um papel cada vez mais restrito do Estado como mediador das relações de trabalho, sendo as ocupações informais de baixa qualidade consideradas como “a incorporação possível” ao mundo do trabalho.

21. Assim como a globalização, a chamada “reestruturação produtiva” favorece a precarização do trabalho, na medida em que objetiva a maximização dos lucros em prejuízo da criação ou da preservação de vagas de trabalho.

22. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) “Este é o melhor acordo possível.” A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. <https://glo.bo/2FTOmUF>. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

(A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

(B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

(C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

(D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

(E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

23. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

24. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.



(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo

- (A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.
- (B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.
- (C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.
- (D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.
- (E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

25. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

- (A) ibero-americanos.
- (B) da América Latina.
- (C) da OEA.
- (D) do Mercosul.
- (E) da Unasul.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.



26. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

27. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.

c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.

d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.



GABARITO

GABARITO



1. B
2. C
3. C
4. B
5. E
6. E
7. E
8. C
9. A
10. E

11. C
12. C
13. E
14. A
15. B
16. D
17. E
18. E
19. E
20. C

21. C
22. C
23. C
24. E
25. D
26. E
27. A



RESUMO

Globalização

Processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por todo o globo.**

Origem da globalização remonta as grandes navegações e ao colonialismo europeu do século XV.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da revolução tecnológica, especialmente no setor de telecomunicações, que possibilitou uma veloz circulação do capital e das informações pelo globo.

Globalização atual é um processo em curso, uma nova fase do capitalismo financeiro, comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais.

Características da fase atual da globalização

Diminuição do poder dos Estados nacionais em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais.

Multipolaridade, com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.

Nova Divisão Internacional do Trabalho. Os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (empréstimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros).

Predomínio do capitalismo financeiro. O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

Predomínio de práticas neoliberais que visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.

Integração mundial do mercado financeiro, possibilitada pela revolução nas telecomunicações que propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro.

Troca instantânea de informações, que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.

Aumento do comércio mundial, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.

Proliferação de blocos econômicos

Seletividade das migrações, com muitos obstáculos, a migração de trabalhadores de baixa renda e qualificação em direção aos países ricos e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, nesses países.



Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais. A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.

Emergência de uma sociedade civil global. Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

Neoliberalismo

Conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia.

Princípios:

a) Liberdade de mercado com a eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio.

b) Mínima participação do Estado na economia. Crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade.

c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos. Crença de que o Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, o que provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. A manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.

d) Livre circulação de capitais, visando garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.

e) Flexibilização do mercado de trabalho, podendo-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.

f) Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros com a eliminação de qualquer protecionismo econômico.

Contestações à globalização

A globalização não beneficiou a todos. A pobreza diminuiu, mas aumentou a desigualdade entre os países e as pessoas. Um grupo reduzido de países e de pessoas concentram a maior parte da riqueza mundial.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a questionar o livre-comércio, os blocos econômicos, a livre circulação de pessoas, a imigração, os estrangeiros. A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estariam “roubando” os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

A resposta de muitos governos à crise foi a adoção de políticas nacionalistas, baseadas na exploração do sentimento de identidade nacional para se posicionar na disputa global com outros países. Nesse contexto, partidos e segmentos de extrema direita crescem na Europa, nos Estados Unidos e em outros países pelo mundo. A plataforma dessas agremiações e segmentos privilegia a soberania sobre a



economia e as fronteiras e um discurso anti-imigratório e, especialmente, em favor da saída dos países e/ou mudanças substanciais nos blocos econômicos que fazem parte.

As causas da crise de 2008 não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande influxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.



Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer.

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Após dois adiamentos, três primeiros-ministros e votações de rejeição de acordos no parlamento, o país **saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido, que, com a sua saída do bloco, implicaria a retomada do controle de fronteiras entre os países. Há um temor de que esse controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte. Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.



Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

NAFTA

Área de livre comércio integrada por Estados Unidos, Canadá e México. Presidente norte-americano considera que o tratado contém termos que prejudicam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favorecem as economias do Canadá e do México.

Países negociaram um novo acordo, USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá), que vai substituir o NAFTA. Para entrar em vigor, o novo acordo precisa ser aprovado pelo Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi proposta pelos Estados Unidos, em 1994. Seria integrada por todos os países americanos, exceto Cuba. Não chegou a se constituir como um bloco econômico.

Guerra Comercial

Protecionismo é o conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O governo dos Estados Unidos elevou as taxas de importação de diversos produtos importados de outros países. O país mais afetado pelas medidas é a China, que reagiu e elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

Os Estados Unidos possuem um grande déficit comercial e o país com o qual têm o maior déficit é a China.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia.

A disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos dá-se o nome de guerra comercial.

Os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US\$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.



Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US\$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). Essa tecnologia tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. A 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da sul-coreana Samsung.

Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

China

Em valores totais, o PIB da China é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental. O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de “um país, dois sistemas”: o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Grandes manifestações ocorrem na Região Administrativa Especial de Hong Kong. O estopim foi a proposição pelo executivo local de um projeto de lei que se aprovado possibilitaria a extradição de seus



cidadãos para serem julgados pelo Judiciário da China. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado, mas os protestos continuam com a exigência da retirada completa da proposição, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.